

Assentada tinha dinheiro no banco e não sabia
Para advogada, ex-militante do MST pode ter sido usada como laranja **► PÁG. A10**

MILITARES

General que criticou Comissão da Verdade perde cargo no Exército

Em carta divulgada na internet, Santa Rosa disse que a ‘comissão da calúnia’ era composta por ‘fanáticos’

Tânia Monteiro
BRASÍLIA

Disposto a abafar o mais rápido possível um novo foco de crise nas Forças Armadas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva endossou ontem a decisão do ministro da Defesa, Nelson Jobim, de exonerar o general Maynard Marques de Santa Rosa do cargo de chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército. Santa Rosa criticou, em carta publicada na internet, a Comissão da Verdade, criada pelo governo para investigar crimes de violação aos direitos humanos durante o regime militar.

O general classificou-a como “comissão da calúnia”, dizendo que era composta por “fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o sequestro de inocentes e o assalto a bancos como meio de combate ao regime para alcançar o poder”. Lula, que é comandante-em-chefe das Forças Armadas, afirmou que o afastamento do general era necessário para que “fique claro que não vai aceitar” esse tipo de comportamento.

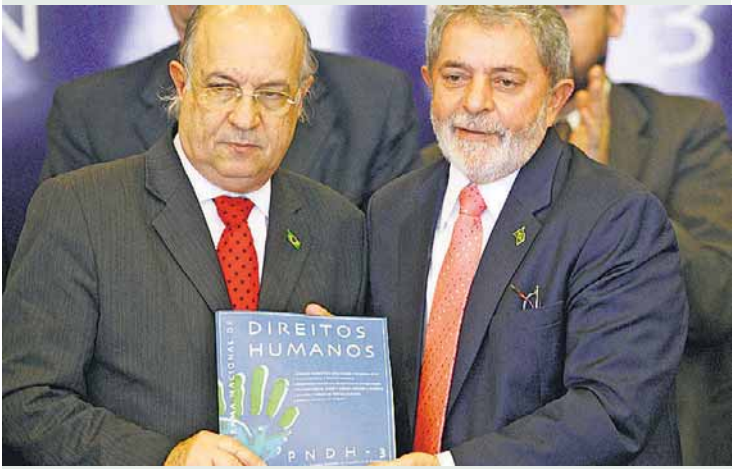
O artigo circulava na internet havia um mês e era de conhecimento de Jobim. Mas ontem, com a divulgação de trechos pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro entendeu que a declaração ganhara repercussão demais. Em seguida, Jobim conversou por telefone com o comandante do Exército, general Enzo Peri, que estava em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Segundo nota do Ministério da Defesa, “diante do caso, o comandante do Exército sugeriu que a providência solicitada pelo ministro fosse a exoneração do oficial-general, proposta aceita e imediatamente encaminhada à apreciação do presidente”.

SOLUÇÃO

Embora a exoneração não tenha agradado aos militares, o caso não deve ter novos desdobramentos. A maioria dos oficiais-generais entende que Jobim já tinha “comprado a briga” contra as posições consideradas radicais do secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Os militares entendem que o assunto foi bem conduzido por Jobim, em meio aos debates do Plano Nacional de Direitos Humanos. Além disso, Lula modifi-

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS



26/1/2008

Anúncio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anuncia que o governo reformulará o Programa Nacional de Direitos Humanos

Dezembro

Polêmica

A 11.ª Conferência Nacional de Direitos Humanos encaminha ao governo orientação para que seja criada a Comissão da Verdade e Justiça, para apurar violações de direitos humanos no período da ditadura militar (1964-1985). No encontro, os enviados do Ministério da Defesa votam contra

Janeiro/2009

Proposta

O ministro de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, estimula a socie-

dade a discutir a comissão e começa a redigir uma proposta. Acreditava-se que seria criada por decreto presidencial

Julho

Conciliação

Começa o debate com a Defesa. O ministro Nelson Jobim quer uma comissão de reconciliação

Outubro

Arquivos

Vannuchi deixa de lado o tom judiciário, mas insiste na abertura de arquivos que estariam no poder dos militares

Novembro

Adiamento

O impasse leva o Planalto a adiar o anúncio da terceira versão do Programa Nacional de Direitos

Humanos

17/dezembro

Acordo

O termo conciliação é incluído na proposta e o governo anuncia que encaminhará ao Congresso um projeto de lei propondo a criação da Comissão da Verdade

22/dezembro

Lançamento

Governo lança a terceira edição do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e anuncia a criação da Comissão da Verdade. O plano prevê que a comissão pode requisitar documentos públicos e acessar papéis privados com autorização da Justiça, além de promover os meios e recursos necessários para a localização e identificação de restos mortais de desaparecidos, identificar e tornar públicas as estruturas utilizadas para a prática de violações de direitos humanos e registrar e divulgar procedimentos oficiais para garantir o esclarecimento de torturas, mortes e desaparecimentos

24/dezembro

Demissões

O ministro Nelson Jobim ameaça entregar o cargo caso Lula mantenha a Comissão da Verdade. Ele chega a entregar uma carta de demissão ao presidente. Em solidariedade ao ministros, os comandantes das três Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)

decidem que também deixam seus cargos caso Jobim saia do governo

31/dezembro

Críticas

OAB critica ministro da Defesa e comandantes por serem contra a Comissão da Verdade. Parlamentares se manifestam contra a revogação da Lei da Anistia

9/janeiro/2010

Protesto

Detalhamento do Plano Nacional de Direitos Humanos desencadeia

uma onda de protestos. Além dos militares, que já haviam protagonizado polêmica contra a criação de uma comissão da verdade, o texto desagradou representantes da sociedade civil, do empresariado, do setor rural, a Igreja Católica e até membros do próprio governo

12/janeiro

Mudança

Lula estuda a hipótese de retirar os pontos polêmicos do Plano, como a discriminação do aborto, a revisão da Lei da Anistia e o controle da mídia

14/janeiro

Troca

O presidente abranda o texto do programa referente à Comissão da Verdade e retira o trecho que prevê o exame de delitos da “repressão política”. Mas não muda outros pontos sensíveis, como aborto, mídia e mudança das regras para desocupação de terras

16/janeiro

Desabafo

Em viagem ao Maranhão, Lula rebate críticas ao programa de Direitos Humanos: “O que está criando caso é a Comissão da Verdade. Não há por que ninguém ter medo de a gente apurar a verdade da história do Brasil. Você pode fazer da forma tranquila e pacífica que estamos fazendo. Não se trata de caça às bruxas”



Em 1999, chefe da Aeronáutica caiu

... Desde sua criação, em 1999, o Ministério da Defesa enfrentou inúmeras crises opondo civis e militares. Primeiro ministro civil, o ex-senador Élcio Álvares bateu de frente com o então comandante da Aeronáutica, Walter Brauer. O parlamentar fora citado em reportagens que ligavam seu escritório de advocacia a supostos integrantes do crime organizado. Indagado sobre o caso, Brauer disse que todo homem público deveria ter vida ilibada. Álvares, apoiado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, exonerou o comandante da Aeronáuti-

ca, em 1999, por considerar a declaração um ato de indisciplina. No governo Lula, em 2004, o embaixador José Viegas deixou o ministério após desgaste com os três comandantes militares. Viegas pediu demissão no desfecho da crise desencadeada pela publicação de supostas fotos do jornalista Vladimir Herzog em cativeiro – as imagens, na verdade, eram de um padre canadense. O Exército defendeu o combate aos grupos de esquerda. Viegas atribuiu a reação a “remanescentes da velha e anacrônica doutrina da segurança nacional”. ●

cou trechos do documento que desagradavam à caserna.

Este foi mais um embate do general com Jobim. Santa Rosa era chefe da Secretaria de Política e Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, quando, em depoimentos no Congresso, criticou as organizações não-governamentais que atuam na Amazônia. Acabou colaborando para a criação da CPI das ONGs. Também discordou do emprego do Exército ao lado da Polícia Federal para retirar invasões da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Esses posicionamentos lhe custaram o cargo e Santa Rosa acabou sendo devolvido ao Exército para a chefia do Departamento Geral de Pessoal, para

cuidar de questões burocráticas, longe de ações de comando.

Desta vez, o general não foi poupado. Exonerado, ele permanecerá adido ao gabinete do comandante, sem função, até 31 de março de 2010, quando completa 12 anos de generalato e será compulsoriamente transferido para a reserva. Isso ocorreria mesmo sem o incidente.

Assim que soube da carta, Lula avisou que precisava conversar com Jobim. Antes do início da posse do novo ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, Jobim foi ao presidente para informar que decidira afastar o general. “É isso mesmo”, endossou Lula, avisando que assinaria imediatamente a exoneração. Santa Rosa, já sabendo da

sua demissão, almoçou normalmente no Quartel-Geral do Exército, ao lado de outros generais. Embora um pouco abatido, confidenciava que não tinha nada a perder e apenas havia escrito aquilo em que acreditava.

RUSGAS

Jobim já se desentendeu com outro general, Luiz Cesário da Silveira Filho, ex-comandante Militar do Sudeste, no Rio. Cesário havia repudiado a edição do livro *Direito à Verdade e à Memória*, editado pela Secretaria de Direitos Humanos, e provocou uma crise militar. Naquele episódio, ao contrário do atual, Silveira Filho obteve o apoio de seus colegas de farda e não foi punido com a perda do cargo. ●

ANÁLISE

O fim de um ciclo militar

JOÃO BOSCO RABELO
JORNALISTA

... A demissão do general Maynard Marques de Santa Rosa da chefia do Departamento de Pessoal do Exército reveste-se de importante simbolismo que torna secundária sua motivação disciplinar.

Uma década depois de sua criação e no sexto ministro de fora da caserna, pode-se dizer que o Ministério da Defesa conta a processo que o inspirou, de submissão das Forças Armadas ao poder civil.

Não foi fácil, nem simples, mudar o conceito de independência arraigada nas Forças Armadas brasileiras após duas décadas de ditadura, cujos estertores foram além da posse do primeiro governo civil, de José Sarney, iniciado em 84. Criado em 99 no governo de

Fernando Henrique Cardoso, é mais um projeto que se consolidou no governo atual, reforçando sua característica de continuidade, que o modelo econômico já comprovou.

A exceção do advogado Geraldo Quintão, nenhum antecessor de Jobim esquentou a cadeira por muito tempo. Todos caíram por rejeição da tropa ou por acusações de irregularidades.

O primeiro deles, o senador Élcio Álvares, causou profunda irritação nos militares ao dar espaço de poder a uma mulher, a sua secretária pessoal. Logo, logo, trataram de pôr sob suspeita casos defendidos pelo seu escritório de advocacia no Espírito Santo.

Seu sucessor, Geraldo Quintão, ficou dois anos no cargo, mais por manter as decisões internas nas mãos dos militares do que por outros méritos.

Na sequência, o diplomata José Viegas também experimen-

tou a resistência. Foi apeado do cargo sob denúncia de favorecimento à Rússia na negociação da compra dos caças, que até hoje não se concluiu (a novela é antiga).

O vice-presidente José Alencar foi o segundo na gestão Lula e sua passagem, também breve, serviu apenas para acalmar os ânimos nas três Forças.

Foi sucedido pelo mais pífio de todos, Waldir Pires, catapultado pelo apagão da crise aérea.

Jobim fecha o ciclo com a implantação do orçamento único, centralização do planejamento e da decisão estratégica e comando efetivo da autoridade civil.

A manifestação pessoal do general Maynard, à revelia do seu comandante – embora condenasse o inoportuno e desnecessário Plano Nacional de Direitos Humanos – tornou-se inevitável.

E materializou o fim de um ciclo militar na política. ●

Dilma é convocada pelo Senado

Ministra terá de falar sobre Plano de Direitos Humanos

Carol Pires
BRASÍLIA

Depois de blindar com certo sucesso a ministra Dilma Rousseff do desgaste provocado pela edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, o governo sofreu ontem uma derrota no Congresso que colocará a pré-candidata do PT à Presidência sob a mira da oposição. Num cochilo, a base aliada no Senado deixou a oposição aprovar a convocação para que Dilma fale sobre o assunto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O objetivo é claro: debitar na conta da ministra o ônus político do plano, que desagradou de militares a ruralistas.

A estratégia da oposição estava armada desde a noite anterior. Senadores do DEM e do PSDB chegaram cedo à reunião e esperaram a base aliada abandonar a sala pouco a pouco até garantir maioria na comissão. Quando restavam três senado-

res governistas na sala, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou o requerimento e pediu a inversão da pauta. A manobra permitiu ao presidente da comissão, Demóstenes Torres (DEM-GO), colocar o pedido em votação de imediato.

Assessores separaram ligações para os senadores governistas retornarem à comissão, mas Demóstenes anunciou que apenas um parlamentar do governo e um da oposição teriam a chance de discutir o requerimento. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ainda caprichou no vagar do discurso para garantir o quórum, mas o placar acabou em 9 votos a 7 pela convocação da ministra para falar sobre o plano ao colegiado.

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), anunciou que recorrerá contra a votação, para tentar anular a convocação da ministra. Mercadante disse que o assunto está vencido, chamou a manobra da oposição de “deses-

pero eleitoral” e acusou os adversários de desprezeitar costumes adotados no Senado, como a de convidar os ministros, nunca convocar, como foi feito com a ministra. Na condição de convidada, ela poderia recusar. Como convocada, não.

De volta à comissão, ele pediu a palavra como líder, mas foi impedido de falar por Demóstenes. “Como líder, a palavra não pode ser utilizada. É limitado ao signatário do requerente e um representante de cada bloco partidário, o que já ocorreu”, afirmou o presidente do colegiado, pouco antes de pôr o texto em votação.

“O governo está tentando esconder essa aberração, mas nós queremos fazer a autópsia”, disse Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos. ●